



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

103 B

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0163371-6
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Edson Mariano Monteiro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

1720

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INVALIDEZ DEFINITIVA. PLEITO DE FIXAÇÃO DOS PROVENTOS COM BASE NO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 98, § 2º, "C", DA LEI Nº 6.783/74. PROVENTOS DE "TERCEIRO-SARGENTO PM". INCABIMENTO. NORMA TACITAMENTE REVOGADA COM O ADVENTO DA ECE Nº 16/99. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 21, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 59/2004. POSSIBILIDADE. INTENÇÃO NÍTIDA DO LEGISLADOR DE UNIFICAR O TRATAMENTO PARA OS INATIVOS. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Sustenta o autor/apelado, policial militar reformado por invalidez definitiva, ter direito à percepção dos proventos do grau hierárquico superior, de "Terceiro-Sargento PM". 2. Ocorre que, com o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo dos artigos 83, § 1º, da Lei nº 10.426/90 e 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74. 3. Com relação ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, nota-se que a emenda em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 98. 4. Por outro lado, considerando que a relação do recorrido com o Estado é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, é de rigor a aplicação do disposto no art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004, que assegura aos militares transferidos para a inatividade no mesmo posto ou graduação da ativa a percepção dos proventos do posto ou grau hierárquico imediatamente superior. 5. Registre-se, por reforço de argumentação, que a intenção nítida do legislador foi a de beneficiar todos os militares, unificando o tratamento para os inativos. 6. Nessa ordem de idéias, o apelado (soldado PM), reformado no mesmo grau hierárquico da ativa, faz jus à percepção dos proventos com base no soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava na ativa (qual seja o de Cabo PM), em conformidade com o artigo 21, § 2º, da LC nº 59/2004 e atendendo-se ao escalonamento constante do Anexo I-A, da referida Lei Complementar Estadual, cujos reflexos financeiros operam-se a partir da sua publicação, em 06.07.04. 7. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário.

C 13

1043

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0163371-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos dos votos do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0163371-6
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Edson Mariano Monteiro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença que **julgou procedente** o pedido formulado por Edson Mariano Monteiro contra o Estado de Pernambuco, objetivando a fixação dos seus proventos com base no grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM".

Aduziu o autor, ora apelado, em apertada síntese: i) ter sido declarado inválido definitivamente para toda atividade na vida civil e militar pela Junta Superior de Saúde da PMPE (fls. 12); ii) que não foi implantado em seu contracheque os proventos do grau hierárquico imediatamente superior (Terceiro-Sargento), em violação à previsão do inciso II, § 1º, do art. 83, da Lei nº 10.426/90 c/c art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6783/74 e iii) que a Emenda Constitucional Estadual nº 16 padece de vício de inconstitucionalidade formal, ante o disposto no art. 42, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

A sentença de fls. 47/50 julgou procedente o pedido, determinando a fixação dos proventos do autor com base no grau hierárquico de Terceiro-Sargento, nos moldes do art. 98, da Lei nº 6.783/74.

Em sede de **apelo**, alegou o Estado de Pernambuco em suma: i) que o art. 98, da Lei nº 6.783/74 foi tacitamente revogado com o advento da Lei nº 10.426/90; ii) que o posto hierárquico imediatamente superior à graduação do apelado na ativa é o de "Cabo PM" e iii) que o apelado foi considerado inválido apenas para o exercício da atividade militar. Pleiteou, ao final, pela redução dos honorários advocatícios com a sua fixação em valor monetário determinado (fls. 54/61).

O pedido de reabertura do prazo para contra-razões foi indeferido às fls. 67.

A douta procuradoria com atuação neste Tribunal opinou pela manutenção da sentença (fls. 80/83).

É o relatório no essencial.

A douta revisão para oportuna inclusão em pauta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

93
e

Antes, porém, **providencie a Diretoria Cível** a baixa do nome dos advogados constantes da procuração *ad judicium* de fls. 09, tendo em vista a revogação dos poderes conferidos para o patrocínio da causa (fls. 88), com a inclusão da advogada subscritora da petição de fls. 86, consoante procuração anexa.

Recife, 22 de outubro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



157
99 P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0163371-6
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Edson Mariano Monteiro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Insurgiu-se o apelante contra a sentença que determinou a fixação dos proventos do autor/apelado com base na graduação hierárquica de "Terceiro-Sargento PM", nos moldes do art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74.

Deveras, observo que o dispositivo legal em apreço foi revogado com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99.

No ponto, cumpre esclarecer que a emenda constitucional em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20 de 1998.

Registro, por oportuno, que a sua proposta foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco, e, como é de rigor, contou com aprovação de 3/5 da Assembléia Legislativa.

Assim, não se podendo cogitar de vício de iniciativa, e, tendo a matéria sido apreciada por *quorum* qualificado (superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais), não visualizo, dentro dos limites em que se desenvolve a presente lide, a ocorrência de prejuízo à segurança jurídica, até porque a ECE nº 16/99 preservou o direito adquirido dos militares que preencheram as condições de transferência para inatividade antes do seu advento, em 05 de junho de 1999.

Com efeito, a inspeção médica que declarou o apelante impossibilitado para toda e qualquer atividade na vida civil e militar foi realizada no ano de 2001 (fls. 12), enquanto vigia a disposição do art. 100, § 13º, da Constituição Estadual, com a redação dada pela ECE nº 16/99.

Tal emenda estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor (civil ou militar), no cargo efetivo em que se deu o ato de aposentação.



158
100/3

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Assim, com o advento da emenda, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares superiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do art. 83, § 1º e incisos, da Lei nº 10.426/90, *in verbis*:

Art. 83

§ 1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:

I- incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do "caput", deste artigo;

II- verificada a incapacidade definitiva, pelos motivos a que se refere o inciso IV do "caput" deste artigo, for o servidor militar, com qualquer tempo de serviço considerado inválido.

No mesmo sentido, o art. 98 e parágrafos, da Lei nº 6.783/74, *in litteris*:

Art. 98 - O policial-militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do item I do Artigo 96, será reformado com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.

§ 1º. - Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens II, III e IV do Artigo 96, quando verificada a incapacidade definitiva, for o policial-militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2º. - Considera-se, para efeito deste artigo, grau hierárquico imediato:

- a) o de Primeiro Tenente PM, para Aspirante-a-Oficial PM;
- b) o de Segundo Tenente PM, para subtenente PM, Primeiro-Sargento PM, Segundo-Sargento PM e Terceiro-Sargento PM; e
- c) o de Terceiro-Sargento PM, para Cabo PM e Soldado PM.

Posteriormente, com a edição da Emenda Constitucional Estadual nº 24/2005, restou revogada - no que tange aos servidores militares -, a vedação expressa então constante do art. 171, §§ 2º e 3º, da CE.

Impende, no ponto, registrar a inviabilidade da repristinação daqueles dispositivos infraconstitucionais tacitamente revogados, em decorrência das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

159
1013

alterações advindas com a ECE nº 24/05, motivo pelo qual é inaplicável aquela disciplina legal, tal como pretendido pelo ora apelado.

Na seqüência, e tendo em conta que a relação jurídica de fundo é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, impende considerar os termos da Lei Complementar nº 59 de 05 de julho de 2004, que dispõe, *in litteris*:

*Art. 21. Fica **assegurada** aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a **percepção da remuneração** correspondente ao **posto ou graduação imediatamente superior** ao que ocupava em atividade, a título de promoção.*

§ 2º - Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei. (grifou-se)

Da leitura de tal dispositivo, observo que a remuneração correspondente à graduação imediatamente superior é concedida aos militares, por ocasião da sua aposentadoria, a **título de promoção**, sendo também devida aos militares já reformados, até a data da publicação da Lei Complementar, nos termos do seu § 2º, em homenagem ao princípio constitucional da isonomia.

Compulsando os autos, verifico que o apelante – ocupante do grau hierárquico de Soldado PM -, foi transferido para a inatividade com os proventos do posto da ativa (fls. 19).

Logo, assiste direito ao apelante à fixação dos seus proventos com base na graduação hierárquica superior, qual seja a de **Cabo PM**, em conformidade com o artigo 21, § 2º, da LC nº 59/2004, e atendendo-se ao escalonamento constante do anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual.

Ainda, em conformidade com o artigo 21, § 2º, da Lei Complementar nº 59, os reflexos financeiros devem se operar a partir da publicação da referida lei no diário oficial, **em 06/07/2004**, sendo compensados, em sede de liquidação, os pagamentos feitos *sponte própria* pela Administração, por conta daquele diploma legal.

No que tange ao pedido de redução de honorários advocatícios, mantenho o percentual de 10% sobre o valor da condenação, por ser adequado à apreciação equitativa prevista o art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

160
402 B

Por fim, cuido de consignar que o autor/apelado faz jus aos benefícios da justiça gratuita, pelo que a condenação em verba honorária é de ser diferida para o momento em que o sucumbente possa com ela arcar, sem prejuízo do seu próprio sustento, *ex vi* do art. 12, da Lei nº 1.060/50.

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a julgar parcialmente procedente o pedido, a fim de que o autor perceba a remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, porém em conformidade com o art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004, e com a tabela de escalonamento vertical constante do anexo I-A do referido diploma, operando-se os reflexos financeiros a partir da publicação da referida Lei Complementar, ou seja, a partir de 06.07.2004.

É como voto.

Recife, 10 de Dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 163371-6 – Comarca de Recife

Remetente: Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Edson Mariano Monteiro

VOTO DE REVISÃO

Como bem dissera o Exmo Des. Bandeira, em seu relatório que se trata de reexame necessário e apelação interposta pelo Estado, em face da sentença que julgou procedente o pedido formulado por Edson Mariano Monteiro fixando proventos com base na graduação hierárquica de "Terceiro-Sargento", fulcrado no art. 98, § 2º, "c" da Lei nº 6.783/74.

De início, a questão deve ser analisada sob dois enfoques, a saber, em relação ao pleito de percepção de proventos com base na graduação imediatamente superior àquela ocupada na ativa, e ainda, em face da pretensão de concessão do adicional de inatividade, não apreciado na sentença, mas formulado na exordial.

Por outro lado, no que diz respeito ao adicional de inatividade previsto no art. 91, II, da Lei nº 10.426/90, verifico que, de fato, o autor não tem esse direito pois se reformou em 26.12.2001, data essa que é posterior a Lei Complementar 27/99.

Como cediço, a sobredita vantagem pecuniária fora extinta com o advento da Emenda Constitucional nº 16/99, fato este que motivou a edição da Lei Complementar Estadual nº 27/99, a qual, em seu art. 10, terminou por restringir a concessão do adicional de inatividade aos servidores públicos militares que em 04 de junho de 1999 (data da entrada em vigor da EC nº 16/99), já tivessem preenchido os requisitos legais para o ingresso na inatividade remunerada.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

No mais, conforme se depreende dos autos, o apelado, policial militar reformado com proventos calculados com base no soldo de Soldado/PM, pleiteia a retificação do seu ato de aposentação para que lhe seja assegurado o direito à percepção de seus proventos no valor correspondente ao grau hierárquico imediatamente superior àquele que ocupava na ativa, qual seja o de Sargento/PM, com fulcro nos arts. da Lei nº 6.783/74, e da Lei nº 10.426/90.

Ademais, impende ressaltar que os dispositivos legais que autorizavam o cálculo dos proventos dos servidores militares em patamares superiores à remuneração percebida pelos mesmos quando na atividade restaram tacitamente revogados com o advento da ECE nº 16, de 04 de junho de 1999.

A sobredita emenda, ao alterar os artigos 100, §13º e 171, §§ 2º e 3º da Constituição do Estado de Pernambuco, estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de referência para a concessão de pensão (art. 171, §2º, da CE/89).

É cediço que a emenda estadual em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 20/98 na Carta da República, a qual, disciplinando o regime previdenciário dos servidores civis e militares, estabeleceu, dentre outras regras, a de que os servidores públicos não poderiam aposentar-se com proventos superiores aos percebidos na ativa (redação dada ao art. 40, §2º, da CF/88).

Ocorre que, tendo em vista a previsão contida no art. 42, §1º, da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98, segundo a qual foram expressamente excluídos os militares da supramencionada regra estabelecida no art. 40, §2º, passou-se a sustentar que o §13 do art. 100, da Constituição Estadual, alterado pela ECE nº 16/99, seria formalmente inconstitucional por ter determinado a aplicação



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

aos servidores militares estaduais da vedação prevista no art. 171, §§ 2º e 3º, sob o argumento da ocorrência de usurpação de competência do Chefe do Poder Executivo.

Em outras palavras, a tese da inconstitucionalidade formal do art. 100, §13, da CE/89 se fundamenta na idéia de que, se a Constituição da República previu expressamente que o regime de transferência dos servidores militares à inatividade deveria ser regulado por Lei Específica Estadual, não poderia uma Emenda Constitucional Estadual ter disciplinado a matéria, sob pena de violação à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Não me filio ao aludido entendimento, uma vez que a indigitada ECE nº 16/99 foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco (Chefe do Poder Executivo Estadual), não se podendo cogitar de vício de iniciativa.

Outrossim, o fato da matéria ter sido apreciada pelo *quorum* qualificado de 3/5 da Assembléia Legislativa (superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais) denota a inexistência de prejuízo à segurança jurídica, até porque a ECE nº 16/99 preservou o direito adquirido dos militares que preencheram as condições de transferência para inatividade antes do seu advento.

Corroborando este entendimento, colaciono ementa de recente julgado do STF onde, em situação análoga, restou declarada a inconstitucionalidade de artigo inserido na Constituição do Estado de Rondônia por meio de Emenda Constitucional em virtude da mesma ter sido iniciada pela Assembléia Legislativa, senão vejamos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL QUE DISPÕE SOBRE REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA. PROJETO ORIGINADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO RECONHECIDO. VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. I - À luz do princípio da simetria, a jurisprudência desta Suprema Corte é pacífica ao afirmar



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

que, no tocante ao regime jurídico dos servidores militares estaduais, a iniciativa de lei é reservada ao Chefe do Poder Executivo local por força do artigo 61, § 1º, II, f, da Constituição. II - O vício formal não é superado pelo fato de a iniciativa legislativa ostentar hierarquia constitucional. III - Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 148-A da Constituição do Estado de Rondônia e do artigo 45 das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta local, ambos acrescidos por meio da Emenda Constitucional 56, de 30 de maio de 2007 (ADI 3930 / RO, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, DJ 16/09/2009).

Superada a questão acerca da inconstitucionalidade da ECE nº 16/99, cabe esclarecer, ainda com relação ao pedido de retificação do ato de reforma do autor, que a ECE nº 24/05 deu nova redação ao §13 da art. 100 da CE/89, desta vez excluindo o regime dos servidores militares da vedação constante do art. 171, §§ 2º e 3º, contudo, tendo em vista que o ordenamento jurídico pátrio elide a possibilidade de repristinação implícita, o que significa dizer que a revogação de uma norma não opera a automática restauração de norma anteriormente revogada, não se pode considerar que as disposições contidas nas leis nº 6.783/74 e 10.426/90 voltaram a produzir efeitos a partir do advento da ECE nº 24/05.

Por outro lado, observando que a relação jurídica de fundo, por ser trato sucessivo, afigura-se suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, entendo oportuno considerar os termos da Lei Complementar Estadual nº 59, de 05 de julho de 2004, que em seu art. 21 e respectivo parágrafo 2º estabelece os seguintes comandos:

Art. 21 Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

§ 2º Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Depreende dos autos que o apelado, ocupante do grau hierárquico de Soldado/PM, foi transferido para a inatividade no mesmo posto ocupado quando na ativa, como demonstra o documento de fl., razão pela qual faz jus ao benefício previsto no sobredito art. 21, *caput*, da LC nº 59/04.

Com efeito, de acordo com o escalonamento previsto no anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual, a graduação imediatamente superior ao posto de Soldado/PM é a de Cabo/PM, pelo que também se reputa perfeita a sentença recorrida no ponto em que, com supedâneo no art. 21, § 2º, e anexo I-A, da LC nº 59/04, assegura ao autor o direito de perceber a remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, com os reflexos financeiros contados a partir da publicação da citada Lei Complementar, ou seja, a partir de 06.07.2004.

Neste sentido, a jurisprudência desta Corte de Justiça, senão vejamos:

SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROVENTOS DE GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATAMENTE SUPERIOR. APELO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE. 1-O demandante não possui direito à percepção dos proventos de Terceiro Sargento PM, haja vista não ter sido reformado por invalidez, e nem tampouco haver comprovado tal condição à época de sua passagem para a inatividade. Por outro lado, a Lei Complementar Estadual nº 59/04 garante a percepção dos proventos de Cabo PM, graduação que passou a ser considerada a imediatamente superior à de Soldado PM. 2-Apele parcialmente provido à unanimidade (AC 168380-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, DJ 9/9/2008).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVL. ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. REFORMA DE POLICIAL MILITAR. LEI ESTADUAL Nº 10.426/1990. SERVIDOR CONSIDERADO INCAPAZ PARA A VIDA MILITAR E CAPAZ PARA A VIDA CIVIL. AGRAVAMENTO POSTERIOR DA DOENÇA INCAPACITANTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A RETIFICAÇÃO MOVIDA POR TAL CONDIÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO QUANDO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. OCORRÊNCIA DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO POSTULADO. LCE Nº 59/2004 E ASSIM ASSEGURADO A CONTAR DE SUA VIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NÃO ASSEGURADA NA SENTENÇA E NÃO POSTULADA EM RECURSO DA PARTE. SENTENÇA REFORMADA. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

UNÂNIME. 1 - A prova dos autos, conduz a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, suscitada pelo apelante. 2 - O pedido de retificação do ato de reforma, por agravamento da doença que vitima o apelado, não encontra amparo na lei estadual vigente; 3 - A reforma do apelado, se firma nos rigores da Lei Estadual nº 10.426/1990, diante da conclusão do laudo pericial que o descreve como incapacitado para a vida militar e capaz para a vida civil; 4 - Por força do art. 462, do CPC - presença de fato superveniente constitutivo do direito pretendido, cabe o acolhimento do postulado - satisfação dos proventos no valor da remuneração do posto (Cabo-PM) imediatamente superior ao ocupado em atividade (Soldado-PM), ante ser ele assegurado aos policiais reformados pela LCE nº 59/2004 e a partir da sua vigência (06.07.2004). 5 - Impossibilidade de acolhimento de pedido de condenação em verba honorária, formulado na contrariedade recursal. 6 - Sentença confirmada para ser assegurado o direito disciplinado pela LCE nº 59/2004 e reformada em seus demais termos. 7 - Reexame necessário provido em parte e apelo prejudicado. 8 - Decisão unânime (AC 152020-7, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 14/8/2007).

Dou provimento parcial ao reexame necessário, para reconhecer procedente em parte, dos pedidos feitos na exordial, unicamente para que venha receber a remuneração no grau imediatamente superior, como CABO, esteado na Lei Complementar nº 59/2004, não reconhecendo o pedido quanto ao adicional de inatividade, pelos motivos já expostos.

Recife, 10 de 12 de 20 .

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator